

COMITÊ FISCAL

PAUTA DE ASSUNTOS – NOVEMBRO 2022

ICMS	2
LEGISLAÇÃO	2
JURISPRUDÊNCIA.....	2
IR E CSLL	4
JURISPRUDÊNCIA.....	4
PIS E COFINS	6
JURISPRUDÊNCIA.....	6
DIVERSOS	8
LEGISLAÇÃO	8
JURISPRUDÊNCIA.....	8

ICMS

LEGISLAÇÃO

1. MG - SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA - ROL DE ESTADOS EM QUE SE APLICA A SISTEMÁTICA - ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO RICMS/MG
 - **Decreto nº 48.530, de 07 de novembro de 2022 (DOE-MG 08.11.22)**
2. MS - PROGRAMA ESTADUAL DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DAS FONTES RENOVÁVEIS DE PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA (MS RENOVÁVEL) – REGULAMENTAÇÃO DA LEI Nº 5.807/2021
 - **Decreto nº 16.038, de 28 de outubro de 2022 (DOE-MS 31.10.22)**
3. MT - SAÍDA E RESPECTIVO RETORNO DE BENS EM COMODATO, LOCAÇÃO, EMPRÉSTIMO OU PARA CONCERTO, LIMPEZA, LUBRIFICAÇÃO - NÃO INCIDÊNCIA - CONDIÇÕES - ALTERAÇÕES PROMOVIDA NO RICMS/MT
 - **Decreto nº 1.528, de 24 de novembro de 2022 (DOE-MT 25.11.22)**
4. MT - EMISSÃO DE DOCUMENTO FISCAL - PRAZO PARA A SAÍDA DA MERCADORIA OU O INÍCIO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO A ELE CORRESPONDENTE – REVOGAÇÃO - ALTERAÇÃO PROMOVIDA NO RICMS/MT
 - **Decreto nº 1.529, de 24 de novembro de 2022 (DOE-MT 25.11.22)**
5. RS – SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – ANTECIPAÇÃO, COMPLEMENTO DO IMPOSTO E HIPÓTESES DE EMISSÃO DE NOTA FISCAL DE ENTRADA - ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO RICMS/RS
 - **Decreto nº 56.706, de 31 de outubro de 2022 (DOE-RS 01.11.22)**
6. SC - ENERGIA ELÉTRICA - TRANSMISSÃO, DISTRIBUIÇÃO E ENCARGOS SETORIAIS - NÃO INCIDÊNCIA
 - **Lei nº 18.521, de 03 de novembro de 2022 (DOE-SC 03.11.22)**
7. NF-E VERSÃO 4.0 - DIVULGAÇÃO DE NOVOS CAMPOS E REGRAS DE VALIDAÇÃO
 - **Publicação da Nota Técnica 2022.003 Versão 1.00**

JURISPRUDÊNCIA

8. RS – LEIS Nº 14.056/12 E Nº 14.178/12 – SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – CONSTITUCIONALIDADE
 - **Precedente do Supremo Tribunal Federal**

9. DESCONTO INCONDICIONAL CONCEDIDO EM OPERAÇÕES SUJEITAS À SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – NÃO INCIDÊNCIA
- **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**

IR E CSLL

JURISPRUDÊNCIA

1. IRRF E CSLL – COBRANÇA EM FACE DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NÃO IMUNES
 - **Precedente do Supremo Tribunal Federal**
2. PERSE – OBRIGATORIEDADE DE INSCRIÇÃO NO CADASTUR - ILEGITIMIDADE
 - **Precedente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região**
3. INCORPORAÇÃO – COMPENSAÇÃO DO PREJUÍZO FISCAL E BASE DE CÁLCULO NEGATIVA DA CSLL – LIMITAÇÃO DE 30% – DESNECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA
 - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**
4. PREJUÍZO FISCAL E BASE DE CÁLCULO NEGATIVA DA CSLL – TRAVA DE 30% – NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA MESMO NAS OPERAÇÕES DE EXTINÇÃO DA PESSOA JURÍDICA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
5. FRACIONAMENTO DA ATIVIDADE ECONÔMICA – FINALIDADE DE PERMANÊNCIA NO LUCRO PRESUMIDO – DESCONSIDERAÇÃO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
6. RETENÇÕES SOB O CÓDIGO 6147 E 6190 – PARCELA DE CSLL, PIS E COFINS - IMPOSSIBILIDADE DE COMPOSIÇÃO DO SALDO NEGATIVO DE IRPJ
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
7. ÁGIO INTERNO – LEGITIMIDADE – COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO E DA EXISTÊNCIA DE ACIONISTAS MINORITÁRIOS NA EMPRESA INCORPORADA DIFERENTES DA INCORPORADORA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
8. SALDO NEGATIVO – FASE PRÉ-OPERACIONAL – IRRF SOBRE RECEITAS FINANCEIRAS – CONTABILIZAÇÃO NO DIFERIDO – POSSIBILIDADE DE APROVEITAMENTO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
9. *ROYALTIES* PAGOS A SÓCIOS – INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA – IMPOSSIBILIDADE DE GLOSA EM PAGAMENTOS A PESSOAS QUE INTEGRAM O MESMO GRUPO ECONÔMICO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

10. LUCROS AUFERIDOS POR CONTROLADAS DOMICILIADAS NO EXTERIOR – PREVALÊNCIA DOS TRATADOS

- **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**

11. IRPF – CESSÃO DE PRECATÓRIO – GANHO DE CAPITAL – CUSTO DE AQUISIÇÃO IGUAL A ZERO

- **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**

12. RECEITAS FINANCEIRAS – COMPROVAÇÃO DE OFERECIMENTO À TRIBUTAÇÃO PELO REGIME DE COMPETÊNCIA – APROVEITAMENTO DO IRRF RECOLHIDO SOB REGIME DE CAIXA – POSSIBILIDADE

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

13. IRPJ E CSLL – TRIBUTOS RECOLHIDOS NO EXTERIOR – POSSIBILIDADE DE APROVEITAMENTO NOS ANOS SUBSEQUENTES

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

14. GANHO DE CAPITAL – ALIENAÇÃO DE AÇÕES EM OPERAÇÕES DE INCORPORAÇÃO DE AÇÕES – INCIDÊNCIA

- **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**

15. JCP – PAGAMENTO RETROATIVO – POSSIBILIDADE DE DEDUÇÃO

- **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**

PIS E COFINS

JURISPRUDÊNCIA

1. NÃO-CUMULATIVIDADE – CONSTITUCIONALIDADE DAS LIMITAÇÕES PREVISTAS NAS LEIS Nº 10.637/02 E Nº 10.833/03
 - **Precedente do Supremo Tribunal Federal**
2. PERSE – OBRIGATORIEDADE DE INSCRIÇÃO NO CADASTUR - ILEGITIMIDADE
 - **Precedente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região**
3. CONCESSIONÁRIAS DE VEÍCULOS – “*HOLD BACK*” – NÃO INCIDÊNCIA
 - **Precedente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região**
4. PERSE – POSSIBILIDADE DE APROVEITAMENTO POR EMPRESAS DO SIMPLES
 - **Precedente da Justiça Federal de Belo Horizonte**
5. DESCONTOS INCONDICIONAIS – DESNECESSIDADE DE APONTAMENTO NA NOTA FISCAL
 - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**
6. CRÉDITOS EXTEMPORÂNEOS – POSSIBILIDADE DE APROVEITAMENTO SEM NECESSIDADE DE RETIFICAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
 - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**
7. REGIME MONOFÁSICO – FRETE NAS OPERAÇÕES DE VENDA DOS PRODUTOS SUJEITOS AO REGIME – POSSIBILIDADE DE APROVEITAMENTO DE CRÉDITOS
 - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**
8. LOCAÇÃO DE VEÍCULOS – POSSIBILIDADE DE APROPRIAÇÃO DE CRÉDITOS DA NÃO-CUMULATIVIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
9. ATIVIDADE VAREJISTA – TRANSPORTE ENTRE CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO E LOJAS - POSSIBILIDADE DE APROPRIAÇÃO DE CRÉDITOS DA NÃO-CUMULATIVIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
10. DESPESAS COM EMBALAGENS, FRETE NA AQUISIÇÃO DE INSUMOS NÃO TRIBUTADOS E FRETE NO TRANSPORTE DE PRODUTOS ACABADOS ENTRE ESTABELECIMENTOS – POSSIBILIDADE DE DESCONTO DE CRÉDITOS
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

11. FRETE NO TRANSPORTE DE PRODUTOS ACABADOS ENTRE ESTABELECIMENTOS – IMPOSSIBILIDADE DE DESCONTO DE CRÉDITOS

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

12. OPERAÇÕES PORTUÁRIAS – FRETE ENTRE ESTABELECIMENTOS DE MATERIAIS DE LIMPEZA E DE INSUMOS – POSSIBILIDADE DE APROVEITAMENTO DE CRÉDITOS

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

DIVERSOS

LEGISLAÇÃO

1. QUITAÇÃO DE DÉBITOS PARCELADOS OU INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO POR MEIO DE CRÉDITOS DECORRENTES DE DECISÕES TRANSITADAS EM JULGADO PRÓPRIOS OU ADQUIRIDOS DE TERCEIROS - REGULAMENTAÇÃO
 - **Decreto nº 11.249, de 9 de novembro de 2022 (DOU 10.11.22)**
2. PROCEDIMENTO DE MUDANÇA DE ENTENDIMENTO EM PROCESSO DE CONSULTA NO ÂMBITO DA RECEITA FEDERAL – POSSIBILIDADE DA NOVA ORIENTAÇÃO RETROAGIR A PERÍODO ABRANGIDO PELA SOLUÇÃO DE CONSULTA ANTERIORMENTE PROFERIDA SE FAVORÁVEL AO CONTRIBUINTE
 - **Ato Declaratório Interpretativo nº 4, de 25 de novembro de 2022 (DOU 28.11.22)**
3. PERSE – REGULAMENTAÇÃO PELA RFB
 - **Instrução Normativa RFB nº 2.114, de 31 de outubro de 2022 (DOU 01.11.22)**
4. TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA – REGULAMENTAÇÃO NO ÂMBITO DA RFB – POSSIBILIDADE DE SUBSTITUIÇÃO DE GARANTIAS
 - **Portaria RFB nº 247 de 18 de novembro de 2022 (DOU 22.11.22)**
5. FÓRUM ADMINISTRATIVO DE DIÁLOGO TRIBUTÁRIO E ADUANEIRO (FATA) – INSTITUIÇÃO
 - **Portaria RFB nº 253, de 23 de novembro de 2022 (DOU 24.11.22)**

JURISPRUDÊNCIA

6. IPVA – FALTA DE COMUNICAÇÃO DA VENDA – RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO VENDEDOR – POSSIBILIDADE APENAS COM PREVISÃO LEGAL EXPRESSA
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**
7. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS – VALORES DESCONTADOS DOS EMPREGADOS A TÍTULO DE VALE-TRANSPORTE, VALE-REFEIÇÃO E PLANOS DE SAÚDE – REMUNERAÇÃO – INCIDÊNCIA
 - **Precedente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região**

8. ARROLAMENTO DE BENS – VENDA À TERCEIRO ANTERIOR À FORMALIZAÇÃO DO ARROLAMENTO, PORÉM DURANTE O PERÍODO DE FISCALIZAÇÃO – IMPOSSIBILIDADE DE FORMALIZAÇÃO DA MEDIDA
 - **Precedente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região**
9. CARF – VOTO DE QUALIDADE – LIMITAÇÕES IMPOSTAS PELA PORTARIA ME Nº 260 – IMPOSSIBILIDADE
 - **Precedente da Justiça Federal do Distrito Federal**
10. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS – *STOCK OPTIONS* – NÃO INCIDÊNCIA
 - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**
11. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – BOLSAS PARA DEPENDENTES – NÃO INCIDÊNCIA
 - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**
12. ITR – ÁREA DE INTERESSE ECOLÓGICO – IMÓVEL QUE SE ENCONTRA INSERIDO EM PARQUE ECOLÓGICO – FATO QUE POR SI SÓ NÃO GARANTE DIREITO À ISENÇÃO
 - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**
13. DECLARAÇÕES INEXATAS – PRÁTICA REITERADA – EVIDENTE INTUITO DE FRAUDE – MULTA QUALIFICADA – CABIMENTO
 - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**
14. SOLIDARIEDADE – ART. 124, INCISO I DO CTN – NECESSIDADE DE DEMONSTRAÇÃO, DE FORMA INEQUÍVOCA, DO INTERESSE COMUM NA SITUAÇÃO QUE CARACTERIZA O FATO GERADOR – ARTIGO 135, INCISO II DO CTN – NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DE QUE AS PESSOAS FÍSICAS EXTRAPOLARAM SUAS ATRIBUIÇÕES SOCIETÁRIAS OU LIMITES LEGAIS
 - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**
15. ITR – ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE – INEXISTÊNCIA DE ADA – COMPROVAÇÃO POR MEIO DE LAUDO – POSSIBILIDADE
 - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**
16. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – PRÊMIO DE RECONHECIMENTO – NATUREZA REMUNERATÓRIA – INCIDÊNCIA
 - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**
17. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – BÔNUS DE RETENÇÃO – NÃO INCIDÊNCIA
 - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**
18. COMPENSAÇÃO HOMOLOGADA – IMPOSSIBILIDADE DO FISCO REVER POSICIONAMENTO E PROCEDER À GLOSA DAS COMPENSAÇÕES
 - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**

19. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO EM PECÚNIA – INCIDÊNCIA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
20. ITR – ÁREA DE RESERVA LEGAL – AVERBAÇÃO EM DATA ANTERIOR AO FATO GERADOR SUPRE FALTA DE APRESENTAÇÃO DO ADA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
21. COMPENSAÇÃO – DENÚNCIA ESPONTÂNEA – IMPOSSIBILIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
22. PER/DCOMP – CRÉDITO DECORRENTE DE PAGAMENTO A MAIOR – ERRO DE PREENCHIMENTO – CONVOLAÇÃO EM SALDO NEGATIVO – POSSIBILIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
23. AUTO DE INFRAÇÃO – INOVAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO LANÇAMENTO PELA DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA - IMPOSSIBILIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
24. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS – PLR – PACTUAÇÃO DE PORCENTAGENS FIXAS DESVINCULADAS DE METAS, PRODUTIVIDADE OU LUCRATIVIDADE – INCIDÊNCIA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
25. REITERADAS DECLARAÇÕES INEXATAS – INTUITO DE FRAUDE – MULTA QUALIFICADA – POSSIBILIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
26. PERC – INCENTIVOS FISCAIS – RECONHECIMENTO DA REGULARIDADE FISCAL EM DILIGÊNCIA – POSSIBILIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
27. PLR – FORMALIZAÇÃO DO ACORDO APÓS INÍCIO DO PERÍODO DE AQUISIÇÃO – POSSIBILIDADE DESDE QUE FIRMADO COM A DEVIDA ANTECEDÊNCIA AO PAGAMENTO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
28. DÉBITOS CONFESSIONAIS E NÃO CONTESTADOS ADMINISTRATIVAMENTE – EQUIPARAÇÃO A DÉBITO NÃO GARANTIDO – APLICAÇÃO DE MULTAS PELA DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS – POSSIBILIDADE – EXCLUSÃO DE MÚTUOS
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
29. IMPORTAÇÃO DE BENS ATRAVÉS DA ZFM – REMESSA PARA FORA DA ÁREA INCENTIVADA – SUJEIÇÃO AO PAGAMENTO DE TRIBUTOS – CÁLCULO DE ACORDO COM TAXA DE CÂMBIO E ALÍQUOTAS NA DATA DA DECLARAÇÃO PARA CONTROLE DE INTERNAÇÃO – VENCIMENTO NA MESMA DATA

- **Solução de Consulta nº 43, de 04 de novembro de 2022 (DOU 09.11.22)**

30. ICMS RETIDO SOB REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – IMPOSSIBILIDADE DE O SUBSTITUTO EFETUAR O DESTAQUE DO IMPOSTO ESTADUAL NA NOTA FISCAL DE SAÍDA – POSSIBILIDADE DE EXCLUSÃO DO ICMS, SE COMPROVADA SUA INCIDÊNCIA, DA RECEITA BRUTA PARA FINS DE CÁLCULO DE IRPJ, CSLL, PIS E COFINS

- **Solução de Consulta nº 10010, de 24 de novembro de 2022 (DOU 28.11.22)**